

Diário do Legislativo de 24/06/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS

Borges

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Doutor Rinaldo BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Padre PT
João

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Neider Moreira BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo Valadares DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BPS

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado DEM

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Rêmolô Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Tosta Walter BSD Vice-Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputada Ferramenta Cecília PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Magalhães Ronaldo BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado DEM

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Valadares Gustavo DEM Presidente

Deputado Diniz Djalma BPS Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BSD

Deputado Aloise Rêmol BSD

Deputado Adalclever Lopes PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Bráulio BSD
Braz

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Padre PT
João

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta	PDT
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Dimas Fabiano	DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSB)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Gomes Sampaio de Freitas

* Carlos Gomes (PT)

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (DEM)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PRTB)

* Juninho Araújo

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PHS)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getulio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PSDB)

* Zezé Perrella

Juarez Távora de Freitas Júnior (PV)

* Juarez Távora

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (DEM)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Nacib Duarte Bechir (PMN)

* Duarte Bechir

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

* Rêmolo Aloise

Romulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

* Ronaldo Magalhães

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sebastião Helvecio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sérgio Lúcio de Almeida (PDT)

* Tenente Lúcio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi(PP)

* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 11/6/2009

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

Ata da 13ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/6/2009

Às 15h22min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Chico Uejo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar as proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.049/2009 (Deputado Carlos Gomes) e 3.344/2009 (Deputado Domingos Sávio), ambos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.285/2009 (relator: Deputado Carlos Gomes). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Guanhães, com o objetivo de discutir os impactos da crise econômica nas atividades do pequeno produtor rural nessa região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Chico Uejo - Carlos Gomes.

Ata da 11ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/6/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar e Almir Paraca, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Neider Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos, junto à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre os problemas enfrentados por proprietários de imóveis no Município de Itaúna para obter ligação de energia elétrica e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Sônia Borges Siqueira Rocha Godinho, analista ambiental, representando Maria Cláudia Pinto, Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco; Helena Barbosa, Gerente de Gestão do Meio Ambiente da Distribuição da Cemig; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; João Alfredo Balieiro, Assessor da Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental do IEF representando, Eduardo Martins, Diretor de Monitoramento e Fiscalização Ambiental, do IEF, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Neider Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Irani Barbosa.

Ata da 13ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/6/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre a política de segurança no Estado. A Presidência concede a palavra aos Deputados presentes para suas considerações iniciais e em seguida passa a palavra ao convidado, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.968, 3.982 e 4.000/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.231/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Rômulo Veneroso, João Leite e Sargento Rodrigues em que solicitam seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil do Estado pedido de providências para que o governo do Estado determine que os 41 candidatos excedentes aprovados em concurso público sejam matriculados no curso de formação para provimento dos cargos de Delegado de Polícia do Estado; Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e João Leite em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social pedido de providências com vistas à nomeação dos 41 candidatos excedentes aprovados no último concurso público para o cargo de Delegado de Polícia do Estado. A Presidência recebe os requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para, respectivamente, discutir o aumento dos índices de violência nos Bairros Barroca, Calafate, Coração Eucarístico, Grajaú, Gutierrez, Prado e Santo Agostinho; e debater a situação da crescente onda de assaltos e assaltos a taxistas ocorridos na Grande BH; Arlen Santiago em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em São João do Paraíso, para discutir sobre a segurança da população desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/6/2009

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Juninho Araújo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a legalização das rádios comunitárias no Estado de Minas Gerais, com vistas a facilitar a divulgação da cultura do Estado. A Presidente interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Dias Coelho Neto, Gerente Regional do Escritório da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel-MG -; Adão Inácio da Silva, Delegado da Polícia Federal, representando Marcos David Salem, Superintendente Regional da Polícia Federal; Marcos André Carneiro Naves, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - Amirt -; Afonso Pereira da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Difusão Comunitária do Vale do Aço - Abraço -; Josué Franco Lopes, Coordenador de Comunicação da Abraço Nacional; e Maria Cristina Rodrigues, engenheira do Ministério das Comunicações, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Juninho Araújo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 18/6/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é tida por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar reunião de audiência pública para debater o Programa Universidade para Todos - ProUni. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Stael Christian Riane Freire, Coordenadora do Procon Municipal; Adriana Ferreira, Presidente da Associação Nacional dos Universitários do ProUni - Guna; Rosângela Cláudio Gonçalves, Coordenadora das Assistentes Sociais da PUC-Minas, e os Srs. Warley José Rocha, advogado e Procurador da Faculdade Asa de Brumadinho, representando Sônia Aparecida Barcelos Maciel, Diretora-Geral da Faculdade Asa; e Rubem Giaquinto, estudante de Psicologia e Coordenador do Instituto Mineiro de Relações do Trabalho, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Ruy Muniz. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlin Moura - Arlen Santiago.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/6/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães e

outros, que acrescenta o § 3º ao art. 207 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno, e pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica, conhecidos como "raves" ou eventos semelhantes no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Cultura opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Cultura, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho, que opina pela rejeição dos Substitutivos nºs 3 e 4 e da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 12, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 8, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 13 a 55 e dos Substitutivos nºs 3 a 7.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.134/2008, do Deputado Ademir Lucas, que altera o art. 8º da Lei nº 10.501, de 17/10/91. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública com convidados, questões relativas ao assédio moral e suas implicações.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.009/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Requerimentos nºs 4.007/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.010 e 4.011/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: debater o controle das infecções hospitalares no Estado e a ocorrência de bactérias super-resistentes aos antibióticos, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.151/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.014 e 4.015/2009, da Deputada Gláucia Brandão, e 4.016/2009, do Deputado Wander Borges.

Realização de discussão, com a presença de convidados, sobre questões relativas ao corte de gratificações de servidores, à relação com entidades sindicais e à produção de medicamentos na Fundação Ezequiel Dias - Funed.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.999/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.004/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 4.005, 4.006 e 4.017/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.328/2009, do Deputado Ivair Nogueira; 3.331/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.340/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; e 3.341/2009, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.396/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; 2.644/2008, do Deputado Eros Biondini; 3.196/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.338 e 3.384/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.287/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 3.304/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.325/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.329/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e 3.334/2009, do Deputado Mauri Torres.

Requerimentos nºs 4.037 e 4.038/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.039/2009, do Deputado Wander Borges; 4.046/2009, da Comissão de Direitos Humanos; e 4.056/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 24/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.033/2009, do Deputado Braulio Braz; 4.035 e 4.036/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.044/2009, da Comissão de Direitos Humanos e 4.057/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 24/6/2009, destinada à realização de audiência pública para o monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011.

Palácio da Inconfidência, 23 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 24/6/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães e outros, que acrescenta o § 3º ao art. 207 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição de realização de eventos de música eletrônica, conhecidos como "raves" ou eventos semelhantes no Estado; 2.134/2008, do Deputado Ademir Lucas, que altera o art. 8º da Lei nº 10.501, de 17/10/91; 2.936/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a promover as medidas necessárias à transformação da Codemig em empresa pública e dá outras providências; 2.966/2009, do Governador do Estado, que define nova categoria de manejo para a Área de Proteção Especial da Região da Gruta do Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas; 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras-MG - e dá outras providências; 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006; 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica; e 3.316/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caldas o imóvel que especifica; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/6/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer, no 1º turno, sobre os Substitutos nºs 2 e 3 e a Emenda nº 3 ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.384/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado por meio da Mensagem nº 364/2009, o projeto de lei em epígrafe "concede isenção tributária vinculada à realização da Copa das Confederações da FIFA de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 29/5/2009, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão, para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe visa conceder isenções relativas ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD -, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e a taxas estaduais.

O objetivo prioritário da medida, conforme exposição de motivos anexada à mensagem do Governador do Estado, é o "cumprimento das garantias exigidas pela Fédération Internationale de Football Association (Fifa) com vistas à escolha de Belo Horizonte como Cidade Sede da Copa das Confederações da Fifa de 2013 e da Copa do Mundo Fifa de 2014".

A proposição prevê isenção dos tributos citados, no período de 1º/1/2011 até 31/12/2014, dirigida às pessoas jurídicas indicadas em seu art. 2º, na forma e nas condições previstas em regulamento e desde que os fatos geradores estejam vinculados à realização, no Estado, das referidas competições.

Passamos à análise da proposição.

Primeiramente, no que concerne à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, não há nada que impeça a tramitação da proposta nesta Casa, já que inexistente norma instituidora de iniciativa legislativa privativa nesse sentido.

A matéria se insere no domínio da competência legislativa estadual, conforme estabelece o inciso I do art. 24 da Constituição da República, segundo o qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário.

Saliante-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – impõe limites a serem observados pelo legislador no tocante à renúncia de receita. No entanto, cumpre ressaltar que, nos termos do referido diploma, a concessão de isenção em caráter geral, como ocorre no caso em tela, uma vez que ela é concedida diretamente pela lei, independentemente de despacho administrativo, não é considerada renúncia de receita. Ademais, no caso em exame, acreditamos que o montante que deixará de ser arrecadado pelos cofres públicos será compensado pelos recursos provenientes do aquecimento gerado na economia em razão da realização das competições. Isso porque o aumento do consumo e dos investimentos, especialmente nos setores do comércio e do turismo, implica o aumento da arrecadação do Estado.

Por fim, apresentamos o Substitutivo nº 1 para aprimorar o texto do projeto de lei quanto à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.384/2009 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Concede isenção tributária às entidades vinculadas à realização da Copa das Confederações da Fifa de 2013 e da Copa do Mundo da Fifa de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam isentas do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD –, do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores –IPVA – e das taxas estaduais, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, na forma e nas condições previstas em regulamento, as seguintes pessoas jurídicas, desde que estejam vinculadas à organização ou à realização, no Estado, das competições Copa das Confederações da Fifa de 2013 e Copa do Mundo da Fifa de 2014:

I – a Fédération Internationale de Football Association – Fifa –;

II – as associações e confederações de futebol dos continentes e dos países que participarão das copas a que se refere o "caput";

III – o Comitê Organizador Brasileiro Ltda.;

IV – a pessoa jurídica ou equiparada, nacional ou estrangeira, que mantenha relação contratual com a Fifa, conforme dispuser o regulamento;

V – a pessoa jurídica ou equiparada, nacional ou estrangeira, subcontratada pela pessoa jurídica ou equiparada a que se refere o inciso IV.

Parágrafo único – A isenção a que se refere o "caput" restringe-se a atividades vinculadas à realização, no Estado, das competições Copa das Confederações da Fifa de 2013 e Copa do Mundo da Fifa de 2014.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2009.

Chico Uejo, Presidente - Delvito Alves, relator - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.172/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.172/2009, de autoria do Deputado Elmiro Nascimento, que declara de utilidade pública a Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, com sede no Município de Varjão de Minas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.172/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, com sede no Município de Varjão de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, com sede no Município de Varjão de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ana Maria Resende.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.190/2009

O Projeto de Lei nº 3.190/2009, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede no Município de Leandro Ferreira, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.190/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede no Município de Leandro Ferreira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede no Município de Leandro Ferreira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ana Maria Resende.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/6/2009

O Deputado Ruy Muniz* - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público presente, a vocação natural de todo agente político consiste em estar sempre a serviço daqueles que o elegeram, respeitando suas opiniões, história e crenças. O respeito é instrumento basilar, responsável por harmonizar as relações entre o povo e aqueles que o representam. Somos, na verdade, Sr. Presidente e colegas Deputados, legitimados por esse povo, não para ofendê-lo, rivalizar-nos com ele e agredi-lo por suas crenças e convicções de cunho político, filosófico ou religioso, mas sim para representá-lo - e bem - como reza a nossa Carta Magna.

Utilizo-me dessa ilustração introdutória para vir a público denunciar uma das cenas mais agressivas, acontecidas em Montes Claros, na última quinta-feira, por ocasião do feriado de "Corpus Christi". Mesmo sendo o nosso Estado laico, Sr. Presidente e nobres pares, não há como negar o predomínio hegemônico do credo católico nas entranhas da nossa sociedade. Graças a Deus, temos uma história de pacificação religiosa, ao contrário de muitos países, onde o combustível para os conflitos advém da diversidade religiosa.

Ora, Sr. Presidente e nobres colegas, o mínimo que se pode esperar de um Prefeito é que cumpra as leis e respeite as convicções do nosso povo. Mas não foi isso o que aconteceu na quinta-feira última, em nossa cidade de Montes Claros. Ao contrário do restante do País, em Montes Claros o comércio funcionou normalmente, inviabilizando-se, assim, uma tradição milenar: enfeitar as ruas do Centro com tapetes coloridos, ornados com serragem, como reza a tradição católica do "Corpus Christi". Para muitos, pode parecer algo insignificante, Sr. Presidente; outros dirão que é culpa do sistema, que o afã consumista do Dia dos Namorados falou mais alto.

Ouso discordar, Sr. Presidente e caros colegas Deputados. Estamos falando de algo bem mais profundo. Ao não se posicionar de maneira a garantir a lei que estabelecia ser tal data feriado nacional, o Sr. Prefeito de Montes Claros utilizou expediente baixo e deplorável para agredir a Igreja Católica, sua desafeta desde a última eleição, já que impediu a manipulação dos seus fiéis pelo então candidato Sr. Luiz Tadeu Leite.

Gostaria que soubesse, Sr. Prefeito, que me utilizo desta tribuna, com os poderes a mim conferidos democraticamente pelo povo de Montes Claros e de Minas Gerais, para expressar o sentimento de indignação geral de que foi cometido o nosso povo. O senhor não tem o direito de se utilizar dessa nobre função para viabilizar briguinhas particulares com sabor revanchista, como é do seu feitio. Agredir um povo naquilo que há de mais sagrado, Sr. Prefeito, é, sem sombra de dúvida, atitude cruel, provinciana, arcaica e ditatorial. Não se pode conceber a ideia de se governar uma cidade do tamanho e da importância de Montes Claros de maneira tão despota, como o senhor vem fazendo.

Ao deixar de intervir no funcionamento do comércio, fazendo com que o feriado fosse respeitado como reza a lei federal, o senhor não só rivalizou com a Igreja Católica e com os seus fiéis, mas também entrou para a história como o único Prefeito de Montes Claros que se apega a miudezas revanchistas, capaz de ferir toda a religiosidade de um povo. As tradições, Sr. Prefeito, em especial as de cunho religioso, existem para serem seguidas, consolidadas, porque é a partir delas que ensinamos aos nossos filhos valores tão importantes como a justiça, a solidariedade, a fraternidade, o respeito e o amor a Deus, valores que parecem não constar na cartilha que orienta sua vida.

Sr. Presidente e nobres colegas, foi por demais revoltante o acontecido em Montes Claros na última quinta-feira. Este Deputado lá estava, seguindo a procissão do Corporal Eucarístico, e pôde perceber no semblante das pessoas todo sentimento de revolta e indignação diante da inviabilidade de se manter uma tradição, fomento da fé de tantos. Nosso povo é um povo devoto, que se orgulha da sua fé e espera daqueles que o representam o mínimo de respeito para com suas tradições e crenças.

Mister seria, Sr. Prefeito, que o senhor abandonasse a mesquinhez revanchista e ousasse enfrentar os graves gargalos que ainda impedem o bem-viver na nossa cidade. Nosso povo ainda carece de soluções para problemas tão graves, a começar pelo trânsito caótico, confuso e malgerenciado pela MCTTRANS, Transmontes, como se não bastasse ainda a notória ausência de uma política pública de geração de emprego e renda, tendo hoje o Município "pegado carona" nas políticas do governo federal, num descarado e deplorável oportunismo.

Outra questão grave, Sr. Prefeito, que talvez não tenha enxergado, já que só se preocupa com miudezas, é a falta de uma política municipal de educação integral para as nossas crianças, que lhes permita acesso ao conhecimento, único instrumento capaz de mudar a vida de um povo. Sem contar as filas nos postos de saúde, a falta de remédios e médicos, consequência do precário atendimento à saúde na nossa cidade.

Inverta as prioridades, Sr. Prefeito, redirecione os milhões encaminhados aos hospitais para o Programa Saúde da Família. Assim, ganham o povo e o Município com essa prática tão salutar de saúde profilática.

Sr. Presidente, nobres colegas, como podem perceber, trabalho em Montes Claros não falta, há de sobra, mas o Prefeito parece priorizar o revanchismo, o ataque e a perseguição, como fez na última quinta-feira, feriado de Corpus Christi.

Por fim, Presidente, penso que a história reserva lugar de destaque para aqueles homens públicos que, extasiados pelo poder, equivocam-se na prática de ações primadas pelo individualismo revanchista. A história se lembrará do atual Prefeito de Montes Claros, que, com certeza, estará presente na galeria daqueles que confundem o público com o privado, esquecendo-se do princípio da impessoalidade que rege as posturas daqueles que são agentes públicos. Terá seu nome registrado pela nossa história como o único Prefeito que feriu nosso povo na sua crença, na sua religiosidade, nas suas tradições e na sua fé. Que Jesus Cristo, vivo na eucaristia, possa perdoá-lo por mais essa atitude horrenda e que possa orientar o nosso povo a fazer escolhas mais sábias. Assim serão mais respeitados na sua condição de contribuintes e cidadãos.

Não queria fazer oposição ao Prefeito, pois disse que lhe daria um ano de prazo para mostrar seu trabalho. Mas não é possível esperar tanto tempo, pois iniciou seu mandato aumentando o preço da lotação de Montes Claros para R\$1,90, um aumento de quase 25% quando a inflação no período não passou de 8%. Esse aumento está sendo contestado pelo Ministério Público; daqui a pouco, a justiça será feita, e o preço do ano anterior, com a devida correção, voltará a vigorar. Não poderíamos ficar calados, Sr. Presidente, diante dessa campanha do Prefeito na televisão, gastando milhares de reais com a imprensa para divulgar obras do Prefeito anterior, divulgar obras feitas e inauguradas na gestão do Prefeito Athos Avelino. Não podemos ficar calados se o Prefeito atual não cumpre com seus compromissos, não pagando os contratados que prestaram serviços a Montes Claros nos meses de dezembro e novembro. Milhares de pessoas trabalharam para a Prefeitura de Montes Claros. Não trabalharam para o Prefeito Athos nem para o Prefeito Tadeu, trabalharam para o povo de Montes Claros e têm de receber seus salários. Durante esses seis meses de mandato, ele não pagou esses funcionários contratados pela Prefeitura de Montes Claros. Não podemos ficar calados se o atual Prefeito coloca todos os advogados da Prefeitura para tentar cassação do ex-Prefeito, que participou de um evento evangélico, a Semana da Paz, um evento legítimo, que mobilizou milhares de pessoas. O Prefeito Athos foi convidado a participar desse evento sem nunca ter colocado nenhum centavo da Prefeitura, nenhum funcionário à disposição do evento. Foi convidado e simplesmente participou. O Prefeito é vingativo, não deixa nada para depois e está querendo cassar os direitos políticos do Dr. Athos Avelino. Faz tudo que pode, vingando e perseguindo.

Nessas eleições, você disse para o povo de Montes Claros que estava mudado, que não seria o mesmo, que estava mais maduro, que governaria com sabedoria, união e confluência de forças. Percebemos que o senhor continua o mesmo, perseguidor, mesquinho, que trata das questões menores. Vamos governar Montes Claros! O senhor ainda tem três anos e meio para dizer a que veio. Vamos fazer uma administração correta! Vamos fazer Montes Claros avançar, vamos fazer Montes Claros progredir! O Norte de Minas precisa disso, Sr. Prefeito! D. José Alberto ficou indignado com sua postura. Queria mandar um abraço a todo o povo católico, a todo o povo evangélico, a todo o povo de Deus e dizer que é com paciência, entendimento, união e sabedoria que construiremos um mundo melhor. Fiquem tranquilos porque não calaremos enquanto persistirem essas injustiças. Um grande abraço, Sr. Presidente, um grande abraço, colegas Deputados, e obrigado por nos permitir ser porta-voz da indignação do povo de Deus de Montes Claros, do Norte de Minas, com essa discriminação ocorrida no último dia 11, no dia de Corpus Christi. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, meu caro Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, imprensa, povo do meu Estado. Tinha feito a minha inscrição, na tarde desta quarta-feira, para falar sobre um assunto extremamente grave, que está aterrorizando o povo da minha cidade, Montes Claros, e que gerou uma manifestação muito grande no Município. Refiro-me ao clima de terror que se instalou no Bairro Maracanã, um dos principais da cidade. Gostaria, infelizmente, de dedicar parte do meu pronunciamento para, de certa maneira, mostrar ao povo de Minas Gerais e, também de certa maneira, rebater um pouco o pronunciamento do Deputado Ruy Muniz, feito aqui nesta tarde. Não quero transformar este espaço numa tribuna de prós e contras à administração do nosso ex-colega e companheiro Luiz Tadeu Leite, mas me sinto na obrigação de fazer algumas considerações verdadeiramente importantes.

Em primeiro lugar, na eleição passada tivemos oportunidade de apoiar o Deputado Ruy Muniz no 1º turno, quando foi candidato a Prefeito de Montes Claros. Fizemos com convicção, por entender que se trata de pessoa extremamente competente, preparada, mas, infelizmente, não foi para o 2º turno, no qual tivemos a opção livre de apoiar o companheiro Luiz Tadeu Leite, que ganhou as eleições para a Prefeitura de Montes Claros.

Não quero entrar nos detalhes dessa questão, mas quero dizer que Montes Claros talvez seja uma das cidades mais difíceis de administrar de todo o território mineiro. Ela tem hoje uma população fixa de quase 400 mil habitantes e uma população flutuante de quase 1 milhão de habitantes. É a 5ª maior cidade de Minas Gerais em população, mas a 20ª em arrecadação. Há uma desproporção muito grande nesse aspecto, pois deveria estar próxima da 5ª cidade em arrecadação. Então, trata-se de uma cidade grande, problemática, que abriga uma população flutuante de todo o Norte de Minas e do Sul da Bahia, sendo apenas, repito, a 20ª cidade que mais arrecada no Estado.

O Prefeito Luiz Tadeu Leite, quando assumiu a cidade, foi logo surpreendido por um sequestro de recursos do Município pelo INSS. A cidade não tinha sequer uma rua em condições de ser transitada. Choveu muito no início do ano e, por isso, a cidade estava completamente esburacada. Na área da saúde, tivemos um déficit de quase R\$12.000.000,00, com recursos a serem pagos, com fornecedores batendo às portas da Prefeitura. A cidade, enfim, estava um caos. O Prefeito Luiz Tadeu Leite hoje tem o apoio de 15 dos 15 Vereadores de Montes Claros, ou seja, 100% da Câmara Municipal apoia o Prefeito nesse processo de reconstrução da cidade. Lá poderia haver 114 equipes do Saúde da Família, mas só há 48, ou seja, não se atingiu nem a metade da cobertura do PSF. A cidade precisa, ainda, urgentemente, da construção de várias unidades de saúde em todos os bairros. O Ministro Temporário, que é do PMDB e esteve em Montes Claros, tomou conhecimento do caos da saúde no Município e liberou, então, um aparelho para fazer ressonância magnética pelo SUS.

Ele recebeu também ajuda do governo Lula para a implantação do Cartão SUS em todos os Municípios, informatizando os postos de saúde, otimizando os recursos e os exames complementares. A cidade recebeu uma UPB, como as de Belo Horizonte, Betim e Contagem. Em Montes Claros, não havia uma sequer, e agora recebemos uma do Presidente Lula e do Ministro Temporário.

O Governador Aécio Neves acredita que é possível reverter a situação precária e caótica do setor de saúde de nossa cidade e já liberou uma unidade básica de saúde. Agora está liberando outra, que é grande. Liberou também o Centro Viva Vida, que funcionará dentro de poucos meses para dar assistência à saúde integral da mulher em Montes Claros, cidade, Deputada Ana Maria Resende, em que as mulheres ainda morrem de câncer de útero e de mama, por falta de condições de fazer o exame de prevenção. Montes Claros, então, precisa ser construída a várias mãos, com o apoio e a contribuição de muitas pessoas. A cidade está sofrendo todos os problemas do Norte de Minas, que nela se refletem.

Tadeu Leite é um amigo que tenho - sou amigo de sua família. Ele é católico apostólico, ex-seminarista. Sempre pautou sua vida pelo respeito às religiões e tradições religiosas. Sua esposa é uma médica de coração boníssimo. Sua família é bem-constituída, criada e organizada. Não sei o que efetivamente deve ter acontecido, mas não acredito que o cidadão Tadeu Leite tenha feito qualquer tipo de retaliação contra a Igreja Católica ou contra qualquer outra. O Deputado Ruy Muniz está ensaiando seu papel de oposição em Montes Claros. É uma pessoa de que gosto e que respeito, mas não lhe darei o aparte. Deputado, você está apenas ensaiando esse papel de oposição. No País em que vivemos, felizmente

não se ensaiam mais papéis dessa natureza. A oposição que o senhor está querendo ensaiar em Montes Claros tem que ser conquistada com trabalho e credibilidade, e não com a tentativa de jogar por terra todo o trabalho de reconstrução da cidade.

Temos obrigação de nos esforçar ao máximo para promover a reconstrução de nossa cidade. Lá temos seis universidades, e uma delas - grande - é do Deputado Ruy Muniz. Precisamos elaborar propostas para nossa juventude e nossos estudantes. É necessário atendermos à grande expectativa do povo de Montes Claros. Apoiei o Prefeito Luiz Tadeu Leite no segundo turno - no primeiro turno, apoiei o Deputado Ruy Muniz -, e ele precisa de propostas construtivas que lhe ofereçam soluções para os graves problemas da cidade.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, alguns jornais que, na verdade, tratam de um tema que seria o tema central do meu pronunciamento de hoje. Os jornais mostram - entre tantos problemas que aqui citamos, como os da saúde, de atendimento à zona rural, da eterna seca em Montes Claros, da falta de estrutura urbana - que há um problema especial, que aliás será motivo de uma audiência pública em Montes Claros, o da violência urbana na nossa cidade.

É claro que sabemos que a violência urbana é uma decorrência da falta de estruturas sociais. Se um jovem pratica esportes, tem lazer, tem emprego e tem oportunidades, ele irá ocupar o seu tempo exatamente com essas coisas. Assim, ele não vai se envolver com a violência, o narcotráfico, os assassinatos que acontecem.

Na semana passada, a população do Bairro Maracanã deu um basta, em um grande movimento. No Maracanã - que para mim é um bairro muito caro, pois lá praticamente iniciei a minha vida profissional como médico, trabalhando no posto de saúde - os jovens estão sendo abatidos, assassinados em plena praça, diante da igreja, da quadra poliesportiva. E, conforme os jornais que tenho aqui, a população se manifestou, como todas as cidades estão-se manifestando, pedindo segurança pública. A população está ficando presa dentro de casa; os bandidos estão nas ruas. As reportagens apresentam: "Clima de terror no grande Maracanã", em que se fala das manifestações de moradores contra o aumento da violência na região, que já culminou na morte de três pessoas nos últimos dias. Outra reportagem é: "Maracanã pede um basta". "Abalada com os assassinatos em sua praça principal, população faz protesto e apresenta números". Outra: "Pela paz no Maracanã". "Moradores fazem mais uma manifestação para cobrar segurança".

Sabemos do esforço que o Governador Aécio Neves tem feito. Ainda ontem foi celebrado um convênio em parceria público-privada para a construção de 3 mil celas na cidade de Ribeirão das Neves. Mas creio que o problema tem de ser atacado na sua raiz. Existem cidades problemáticas que sofrem nas mãos de criminosos, como a nossa querida Betim, na área metropolitana, que também tem um índice altíssimo de criminalidade, como Montes Claros. E tudo isso é decorrente da falta de policiais militares. Sabemos que aqui em Minas Gerais os policiais militares são preparados, estão habituados a lidar com os criminosos, mas não podem fazer milagre maior, porque, enquanto eles estão em algum setor, outros setores estão desguarnecidos. O Governador Aécio Neves, que tanto tem investido na segurança pública do nosso Estado, que tem construído prisões, presídios, penitenciárias, que tem contratado Agentes Penitenciários e agora inaugura a parceria público-privada, tem de realizar concursos urgentemente. Creio que se se fizer hoje um levantamento do número de policiais militares que se aposentam, que vão para a reserva, e dos que são formados pela Academia de Polícia Militar, os números se equiparam. Então, está faltando policial militar no nosso Estado, e também policial bombeiro, que está concentrado em algum centro, longe de outros grandes centros.

Portanto, fica aqui o nosso apelo, que era o tema do nosso pronunciamento, que foi prejudicado. Fica o nosso apelo para que o governo do Estado olhe a situação com carinho, olhe, de forma especial, para as cidades problemáticas, entre as quais eu citaria Montes Claros, Betim e várias outras, e para que façamos uma grande união em nome do povo de Montes Claros.

Ao meu amigo Prefeito Luiz Tadeu Leite, à sua família, fica aqui nosso gesto de solidariedade porque acreditamos, como milhares de montes-clarenses, que o senhor fará uma grande administração para o povo da nossa cidade. Muito obrigado.

O Deputado Ruy Muniz* - Somente quero esclarecer que não fiz nenhuma afirmação ofensiva à pessoa de Luiz Tadeu Leite. Falei do fato que ocorreu no último feriado, de Corpus Christi, quando o povo de Deus foi impedido de fazer uma procissão tradicional que ocorre há mais de 200 anos em Montes Claros, onde o povo aprendeu a enfeitar as ruas para desfilar. Isso foi impedido. O comércio funcionou livremente, e as ruas não foram fechadas.

Em nenhum momento ensaio oposição ao Prefeito Luiz Tadeu Leite, Deputado Carlos Pimenta, pelo contrário, somos oposição. Sabemos que Montes Claros precisa de uma política que avance, que faça progredir a cidade, e não essa política mesquinha que vem sendo praticada lá.

Tudo o que o senhor citou de benefícios é verdade: obras do governo federal, providências do nosso Governador Aécio Neves para o desenvolvimento de Montes Claros. Se não fossem o Governador Aécio Neves e o Presidente Lula, Montes Claros realmente estaria parada por completo, porque a administração lá está paralisada, onerando nosso povo com o aumento do preço de lotação e perseguindo as pessoas do comércio. Então, é preciso rever essa postura e ter uma administração moderna que faça Montes Claros ser realmente a quinta cidade de Minas, uma cidade progressista, uma cidade bonita de se ver, gostosa. Essa é a minha cidade, de que gosto e que defendo tanto.

Em nenhum momento fiz ofensas pessoais ao Prefeito. É a atitude do Prefeito de impedir a procissão que critico e a que faço oposição. Somos, de verdade, oposição ao Prefeito de Montes Claros. Mas agora mesmo houve lá reunião da Sudene, dia 6 de abril, quando todos nós, a bancada do Norte, unida, fomos lá, em audiência com o Governador Aécio Neves e com o Prefeito Tadeu, e destinamos a Montes Claros R\$3.000.000,00 para tampar os buracos, para enfeitar a cidade, para fazer a festa pela qual Montes Claros foi a Capital do Brasil e a Capital de Minas Gerais. Tudo que é bom para Montes Claros e para o Norte de Minas estamos juntos para apoiar. Não somos políticos que retaliam, pelo contrário, ajudamos, mas temos, sim, que criticar com veemência tudo o que é feito de errado por essa administração ou por qualquer outra que passe por lá. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que nos traz aqui é uma preocupação que levantei hoje na Comissão de Fiscalização Financeira sobre a liberação de alguns micro-ônibus pela Secretaria de Saúde, na semana passada. Em ato político-eleitoral, o Secretário de Saúde, Marcus Pestana, fez a distribuição desses veículos na sua cidade. Esses carros, que estavam inicialmente em Belo Horizonte, foram para Juiz de Fora para, depois, voltar e ficar passeando pelas nossas rodovias, o que significou para algumas cidades percorrer quase 600km para recebê-los.

Penso até que a distribuição das ambulâncias foi uma medida acertada da Secretaria de Saúde, mas não da forma como foi feita. O que mais me assusta é que essas ambulâncias estão proibidas de andar porque a Secretaria determinou que elas deverão ter monitoramento por satélite. E a pergunta que fiz na Comissão hoje, querendo informação da Secretaria de Saúde, é: Para que esse monitoramento? É apenas para beneficiar algum grupo que cuida hoje desses monitoramentos no Estado de Minas Gerais?

Será que nós, digo, a Comissão não quis nem aprovar o requerimento de convocação do Secretário para vir aqui prestar explicações? Infelizmente, todas as dúvidas que se levantam contra o governo ou contra alguns Secretários são abafadas. A Assembleia não tem recebido visitas de Secretários para dar qualquer tipo de informação, e isso merece uma explicação.

Qual o objetivo e qual a empresa que irá monitorar esses veículos que estão à disposição dos consórcios e das Prefeituras, Carlão? E para quê? Para engrossar algum grupo ou alguém que está cuidando desse monitoramento. Deve ser o mesmo grupo que está brigando para aprovar, na lei ambiental, um sistema para também monitorar os caminhões de carvão no nosso Estado, em vez de monitorar o desmatamento, porque, uma vez desmatado, vira carvão, Deputada Maria Tereza Lara. Assim, o meio ambiente deixa de ser o foco mais importante. Na verdade, o que realmente importa para esses órgãos ambientais são as multas, o dinheiro que irão receber. Tem de haver um mínimo de explicação para isso.

Não é possível que esses carros que foram entregues às Prefeituras continuem parados nos pátios, sem poder sair. Isso porque não há o chamado monitoramento por satélite, que é um procedimento muito moderno. Será que agora a Secretaria começará a cuidar das pessoas que saem de não sei onde, de uma cidade qualquer do interior, bem longe? Daqui a pouco, eles irão exigir informações sobre os pacientes que a Prefeitura está transportando, como um cadastramento prévio ou um registro no DER ou o tipo de exame que os pacientes irão fazer em Belo Horizonte, se é um exame de próstata, de rins ou de fígado, o que for. Será que vamos chegar a esse ponto de ver dinheiro público sendo jogado fora, desperdiçado, para não ter resultado nenhum? Essa é a nossa denúncia.

Hoje entrei com esse requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira, Presidente Deputado Hely Tarquínio, e haverá necessidade de um relator para decidir se ele vai ou não vai para frente. Com isso, Deputada Maria Tereza Lara, o que vai acontecer é exatamente o mesmo requerimento, igual àquele a que eu dei entrada na Comissão, solicitando do DER-MG informações sobre um contrato de locação de "vans" que eles possuem e por meio do qual fazem os chamados "monitoramentos". Aliás, eles gostam muito da palavra "monitoramento". O governo gosta de monitorar tudo: monitora a Assembleia, monitora a minha fala, os nossos telefones e, agora, quer monitorar os carros também.

O DER-MG contratou uma empresa para fazer esse sistema de fiscalização de balança, Deputado Adalclever Lopes, mas o que me estranha muito é que, nesses veículos contratados pelo DER-MG, aparece escrito "DER-MG - Fiscalização", mas as placas são de São Paulo. Alguém até poderá dizer tratar-se de uma licitação vencida por uma empresa de São Paulo; entretanto, não houve o cuidado nem de mudar as placas, mesmo em se tratando de placas de trabalho do DER. Esse pessoal perdeu o senso da responsabilidade e dos limites. O que está acontecendo neste governo não aconteceu em nenhum outro. Esses contratos são feitos sem nenhuma legalidade, porque ninguém reclama. Além disso, o Ministério Público não vigia, a imprensa está calada e a Assembleia, ajoelhada. Ajuizar ação na Justiça também não adianta, porque não há informação por via judicial.

Eles estão perdendo o senso da responsabilidade e do limite, e essa é a nossa preocupação, Deputado Adalclever Lopes. Isso tem de ter explicação, mas sabe em que dia vamos ter essa explicação? No dia em que eu começar a denunciar junto ao Tribunal de Contas, porque eu estou levando esse documento lá. Aí, sim, o Tribunal terá de requerer esses contratos, para que eu, como pessoa física e não como parlamentar, tenha algum acesso a esses documentos. Fato é que, por via do Parlamento, que é a forma de ingresso constitucional, esse nosso trabalho de fiscalização não consegue as informações desejadas. Aliás, o nosso Presidente, o Deputado Alberto Pinto Coelho, não libera esses pedidos de informação. E não libera porque ele tem problema, como está tendo problema na licitação da Cemig, aqui denunciada pelo Deputado Weliton Prado, e como teve problemas, que o governo abafou, na questão dos carros da Polícia Militar. Todos sabem que existem problemas, mas não podemos ter conhecimento deles. É isso o que nos revolta e nos deixa tristes por estarmos no Parlamento sem poder exercer, plenamente, o nosso direito constitucional, que é de fiscalizar e de conhecer os fatos.

Hoje de manhã tivemos uma reunião importante, e o governo está pedindo autorização da Assembleia para transformar a Codemig, sociedade de economia mista, em empresa pública. Levantei uma questão e quero deixar registrado nesta Casa que não obtive respostas convincentes: o governo está preparando a Codemig para abrir o seu capital a fim de que alguns investidores façam a capitalização dessa empresa, que é altamente rentável, altamente bem-dirigida, e usufruam dela. Eles querem dividir essa rentabilidade, esse patrimônio, que é de Minas Gerais, com alguns empresários, com alguns investidores. Tenho levantado essas questões, mas não obtive resposta. Ainda votaremos o projeto aqui, mas já levanto essas dúvidas, já deixo registrado que alertei para o fato de que estão transformando a Codemig em empresa pública para que ela abra seu capital a investidores. Foi como procederam, na calada da noite, em relação à Copasa: de uma hora para outra, fomos surpreendidos com a tentativa dessa empresa de vender algumas de suas ações no mercado acionário. De uma hora para outra, apareceram alguns poucos investidores que compraram parte das ações da Copasa. Fizemos várias denúncias quanto a isso.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, faço coro com as palavras de V. Exa. e quero dizer que, com muita propriedade e conhecimento, V. Exa. defende as posições do Parlamento sempre de forma firme e independente.

Conversei agora com o Líder, Deputado Gilberto Abramo, e quero registrar também, Deputado Antônio Júlio, a indignação da Bancada do PMDB com as declarações que o Deputado Ruy Muniz fez aqui contra o excelente e excepcional Prefeito Luiz Tadeu Leite, que tem feito uma administração não apenas séria como responsável. Hoje, Deputado Antônio Júlio, com essa crise, o Tadeu agiu com antecedência: já está economizando. O Deputado Carlos Pimenta disse bem: hoje a Prefeitura está enxuta, com tudo em dia, com os pagamentos de fornecedores rigorosamente em dia. A Prefeitura voltou a ter crédito, é administrada com rigor não só por um Deputado, mas por um grupo, o PMDB, que tem acesso aos governos federal e estadual, que tem parlamentares fortes aqui.

Quero dizer, Deputado Antônio Júlio, que entendemos que o Deputado Ruy Muniz queira posicionar-se como oposição, o que é legítimo, mas que ele o faça de forma responsável, porque a oposição é saudável, é necessária para que o poder não fique cego e ditador, desde que ela seja legítima, verdadeira e leal. Mas achamos que o gesto de hoje foi um ato de deslealdade, até porque nem o Prefeito nem os parlamentares do PMDB estavam no Plenário.

Quero deixar registrado, Deputado Antônio Júlio, que todos nós, do PMDB, conhecemos o Prefeito Luiz Tadeu Leite. Todas as vezes em que forem ditas mentiras e injustiças sobre esse Prefeito, isso atingirá não só a ele, mas a todo o PMDB. Não admitiremos, em hipótese alguma, que essas falsas, mentirosas expressões que foram ditas, tentando achincalhar o Prefeito, sejam levadas em consideração.

Agradeço a V. Exa. e ao Presidente a forma tão gentil em permitir-nos o aparte. Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Adalclever Lopes. Realmente, a fala do Deputado Ruy Muniz já trouxe a indignação de um parlamentar que não é do nosso partido, mas que é de Montes Claros, e que disse aqui, de viva voz, que há um tipo de oposição que não funciona. Tenho dito: fazer oposição é a coisa mais fácil do mundo. Quando estou aqui, muita gente diz: "Ah, o Dr. Júlio está fazendo oposição". Não, tenho posição em defesa do nosso Estado, o que é um pouco diferente.

Fazer oposição a este governo é a coisa mais fácil do mundo, apesar de a imprensa não noticiar. Conseguimos, no mínimo, essas nossas falas aqui ao vivo, porque o resto não repercute, já que a imprensa está toda amordaçada. Seria fácil sairmos fazendo essas denúncias irresponsáveis, oposição irresponsável pelo Estado ou pela própria Assembleia.

Em meu entendimento, o Ruy Muniz foi infeliz em sua fala, porque acho que, quando se faz alguma denúncia, é preciso dar nomes. Esse é o meu estilo: quando falo que alguém foi prejudicado, nunca vou falar "alguém". O que falo é que o Deputado Fábio Avelar, por exemplo, foi perseguido e machucado. Acho que é preciso citar nomes. Quando se jogam coisas no ar, sem a citação de nomes, o que se diz não merece crédito. Dizer que algo aconteceu e que fulano disse isso ou aquilo não merece crédito. Fulano tem nome, e isso é o que nos dá credibilidade para levantar essas questões. Esta reunião da Codemig a que me referi, por exemplo, foi com o Dr. Marcelo, Diretor Operacional, e nela levantei essa questão, pedindo-lhe que se registrasse, com letras garrafais, a minha preocupação. Ajo assim porque dessa forma estou sendo

responsável, estou cuidando de um patrimônio de Minas. Há vários conceitos que temos de respeitar, e cada um administra de uma forma, mas eles também têm de respeitar os nossos conceitos e os nossos posicionamentos.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Agradeço a oportunidade ao Deputado Antônio Júlio, a quem respeito muito porque sempre expõe e defende de maneira clara as suas posições. Acho que isso é o mesmo que se dá no Parlamento: temos de discutir as nossas ideias. Assim, embora o tempo não nos permita aprofundar na questão, queria abordar dois pontos de sua fala.

Sobre o monitoramento, que V. Exa. abordou, quero fazer referência ao Projeto nº 2.771, de que sou relator, que modifica a Lei nº 14.309, sobre a lei florestal. Para isso estamos promovendo um amplo debate nesta Casa e já realizamos aqui uma audiência pública com a participação de quase 100 pessoas. O que tenho observado é que ninguém mostrou uma posição clara contra o monitoramento, que todos entendemos muito importante, pois vemos a cada dia que, se não tivermos controle, poderemos colocar em risco o nosso meio ambiente. Assim, nessa questão do monitoramento, discordo de V. Exa. em relação a esse projeto que está em tramitação na Casa.

Outro assunto que V. Exa. também tem sempre abordado é a Copasa. Convém salientar sempre que hoje as condições são claras: o governo detém a maioria das ações da Copasa e mantém o controle absoluto da Copasa, e não é nenhuma vergonha ou absurdo ter ações da empresa em mercado. Acredito que isso até mesmo coloca a empresa em posição de destaque, já que do contrário ela não teria condições de estar na Bolsa. Por fim, quando V. Exa. fala que a Copasa vendeu as suas ações, acho importante lembrar que a Prefeitura Municipal vendeu os últimos 10% que tinha nesta mesma época, quando da negociação do convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte e a Copasa. É sempre bom salientar isso, lembrando que não estou criticando sua atitude, pois acho que é de seu direito colocar à venda as ações que possui. Obrigado pelo aparte, Deputado. Agradeço também a tolerância do Presidente em relação ao tempo.

O Deputado Antônio Júlio* - Só para encerrar, Presidente, quero dizer ao Deputado Fábio Avelar que depois que eles venderam as ações, o que foi há pouco, a rentabilidade da Copasa triplicou. Coincidentemente, depois que alguns investidores puseram dinheiro na Copasa, ela, que já era bem-gerenciada, passou a ser altamente remunerada em seu capital.

À Deputada Ana, que me solicita um aparte, digo que infelizmente meu tempo já se esgotou. Talvez a Presidência, que hoje, democraticamente, já me permitiu que falasse, possa condescender.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)*- Agradecendo ao Presidente, quero dizer que Montes Claros certamente não merece a fala infeliz do Deputado Ruy Muniz. O Deputado Tadeu Leite recebeu Montes Claros, Deputado Antônio Júlio, em situação mais triste, e precisamos solicitar ao Governador dinheiro para recuperar a pavimentação das nossas ruas.

O Deputado Luiz Tadeu Leite foi eleito em função do carinho que tem pela população e do carinho que a população tem por ele, bem como pelo trabalho realizado durante tantos anos em Montes Claros. É muito fácil fazer oposição, principalmente quando nunca fomos gestores municipais. Ele foi infeliz e Montes Claros não merece suas palavras. Nosso Deputado Luiz Tadeu Leite, que está lá como Prefeito, merece consideração e respeito, porque é digno do carinho da nossa população. Obrigada.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Quero apenas dizer que recebemos, há alguns minutos, um telefonema do Presidente da Câmara, indignado com o pronunciamento do nosso colega, que não demonstra a real situação da cidade de Montes Claros. Desejo que fique registrado esse manifesto, no qual o Deputado e atual Prefeito Luiz Tadeu Leite tem o apoio da comunidade e da Câmara de Vereadores.

Aproveito para abordar a questão da saúde pública em Belo Horizonte e em Minas Gerais, que, aliás, está um caos, conforme mostraram, na semana passada, os noticiários. Quando V. Exa. se refere a atitudes apenas eleitoreiras, como o caso das ambulâncias, ficamos indignados. Enquanto a população está sofrendo, alguém está se promovendo. Temos de cobrar do nosso Presidente algum posicionamento referente aos pontos que V. Exa. abordou há alguns momentos.

O Deputado Antônio Júlio*- Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estava ouvindo o pronunciamento dos vários colegas e gostaria de abordar alguns pontos. O Deputado Antônio Júlio, com quem concordo, fala no direito às informações. Nos parlamentos municipal, estadual e nacional, não podemos abrir mão desse direito; é a importância do controle social por meio da democracia representativa. Se isso acontece, temos de unir forças, independentemente de partido político, e garantir o direito às informações, para que realmente haja transparência. Infelizmente, muitas vezes, isso não tem acontecido no parlamento, quando ele se curva aos Executivos Municipal, Estadual ou Federal. Isso não pode ocorrer, de forma alguma. É direito do parlamento e da democracia a transparência nas informações.

Com relação ao monitoramento e ao controle social, temos de exigir agilidade, mas deve haver controle. Cada vez mais, o controle social, o acompanhamento e a fiscalização são necessários para que as leis sejam cumpridas e para que haja respeito à ecologia, ao recurso público, etc. Todavia é necessário haver agilidade, pois não podemos deixar que instrumentos que favorecem a população, como carros, ambulâncias e outros, fiquem parados, enquanto ela sofre. De fato, a saúde está em situação muito grave. O SUS é muito importante e houve um grande avanço quando o criamos no Brasil. Lembro-me de que, quando eu era criança, quem não tinha carteira assinada era atendido na saúde como indigente. Havia uma grande exclusão, mas hoje esse é um direito de todos; infelizmente, ele ainda está no papel, não conseguiu atingir todos neste país. É preciso unirmos forças. É fundamental que todas as esferas de poder tenham responsabilidade e priorizem as políticas públicas sociais, sobretudo a saúde e a educação; que haja investimento maior e responsabilidade na gestão, pois muitos Municípios, ao administrar e fazer a gestão dos recursos públicos, principalmente dos da saúde, deixam sucateadas as estruturas físicas. Quando os Prefeitos chegam, como ocorreu em Betim, sofrem até colocá-las em condições de funcionamento. É o que tem acontecido em várias cidades. Portanto, é necessário haver responsabilidade social dos nossos órgãos públicos para que o SUS funcione na prática, e o povo brasileiro, sobretudo o mais pobre, deixe de sofrer com a falta de um atendimento digno na área da saúde. Temos visto o esforço gigantesco, em muitas cidades, para que isso aconteça. Tenho acompanhado em Betim, e precisamos de muito mais. Precisamos de mais investimentos de todas as esferas de poder. Que o governo federal invista mais, que o governo estadual priorize a saúde, que os governos municipais continuem se dedicando e priorizando a nossa saúde. Gostaria também de mencionar a segurança pública. O Deputado Carlos Pimenta citou inclusive a nossa cidade, Betim, em relação à violência. O combate à violência e a construção da cultura da paz precisam ser prioridades de todos nós, parlamentares. Há alguns minutos, conversava com a Deputada Ana Maria Resende. Infelizmente, a vida está sendo banalizada. O homicídio já não nos assusta mais, estamos nos acostumando com isso. Enquanto está um pouco longe, deixamos acontecer, até que bata a nossa porta. Aí ficamos muito mais assustados. É importante e imprescindível unirmos forças e discutirmos com profundidade.

Estamos como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública. Ontem tivemos audiência pública com o Dr. Monteiro, Chefe da Polícia Civil, como já citado pelo Deputado Sargento Rodrigues. Ele veio prestar contas e informar sobre a segurança pública no Estado, no que concerne à Polícia Civil. É grande a importância das Polícias, seja da Civil, seja da Militar, seja do Corpo de Bombeiros. Realmente é necessário investimento. O governo do Estado tem investido, mas é preciso um investimento muito maior. Vemos a necessidade de ampliação e a reivindicação dos Delegados que fizeram concurso público. Os Agentes Penitenciários até já fizeram curso de reciclagem e estão aguardando ser chamados. Temos recebido telefonemas de Agentes Penitenciários que estão com suas famílias passando necessidade, porque foram

demitidos para serem chamados como concursados. Concordamos que é preciso chamar os concursados, mas é preciso também ampliar as penitenciárias, passando-as da Polícia Civil para os Agentes Penitenciários. Que o governo do Estado agilize a chamada desses Agentes Penitenciários, também para atender a situação penitenciária, que é grave em Minas Gerais. É grave também no País, mas precisamos acompanhar mais de perto a situação no nosso Estado. Que esses Agentes sejam chamados mais rapidamente, para que sejam atendidas duas questões: o atendimento àqueles que estão encarcerados, que merecem uma oportunidade de ressocialização, e aos Agentes, nos quais o próprio Estado investiu, que precisam e estão preparados para trabalhar.

Tem de ser feito um trabalho referente à penitenciária. Foi noticiada na imprensa a construção de PPP em Ribeirão das Neves - três penitenciárias para mais de três mil detentos. Essas grandes penitenciárias nos preocupam muito, porque, pedagogicamente, deveríamos ter penitenciárias menores para um atendimento mais próximo. É uma experiência vinda de outros países, como os Estados Unidos, que têm penitenciárias por meio de PPP. É preciso acompanhar muito de perto para haver um controle social rigoroso, porque serão empresas privadas que trabalharão na ressocialização. Os órgãos públicos do Estado precisam acompanhar e fazer uma fiscalização rigorosa, porque estamos transferindo o que deveria ser prioridade no Estado - a ressocialização dos detentos. Mais do que isso, é preciso investir em políticas públicas de prevenção; caso contrário, teremos, cada vez mais, construções de penitenciárias. Até quando? Sabemos que hoje o custo "per capita" mensal de um detento é mais de R\$2.000,00. Quanto a pôr uma criança na creche, quanto é o "per capita"? Pouco mais de R\$100,00. Temos de inverter essa ótica e investir muito mais em políticas públicas, como tem feito o governo federal; não só nas políticas públicas sociais, mas também na educação. É lógico que está aquém do necessário. Nesses mais de 500 anos, nosso país nunca tornou prioritária, de fato, a educação com investimento maior. Lembramo-nos do Japão, que, após a Segunda Guerra Mundial, investiu 52% do seu PIB em educação e transformou o país numa grande potência. Então, estamos muito aquém do que desejamos e defendemos. Todavia, é preciso caminhar nesse sentido e, como tem feito o governo federal, aumentar as escolas técnicas profissionalizantes, universidades federais - aliás, ficamos mais de oito anos sem ampliação, e agora já temos aproximadamente 40 em implantação - e fazer investimento no ensino infantil e nas escolas técnicas. É lógico que queremos muito mais, queremos escola integral para todo o País, e já temos o ProUni. O Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Educação, tem acompanhado isso de perto. Mais de 400 mil jovens estão fazendo cursos, aliás cursos de medicina e outros que jamais a classe popular do Brasil poderia fazer. É muito importante, fundamental e um grande avanço, mas queremos mais, que todos os jovens das classes populares tenham direito à universidade de qualidade. Queremos escola pública de qualidade.

Portanto, é um trabalho, um processo. É importante que esse projeto que aí está continue, pois, a nível nacional, realmente tem investido nas políticas públicas, priorizado e encaminhado. Todavia, precisamos de muito mais, e mais investimento.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de mencionar que, neste final de semana, estive em Alpinópolis e São José da Barra, no Sul de Minas. Essas duas cidades realmente são referência e muito importantes para a região. Em Alpinópolis participamos de uma festa religiosa de Santo Antônio, organizada pela Igreja Católica e pelas irmãs; os fundos foram para a manutenção de uma creche, de uma escola infantil. Visitamos o Prefeito de Alpinópolis - aliás, o Prefeito tem uma ligação de amizade com o nosso Deputado Rêmoló Aloise, assim como temos por ele -, obtivemos 1.300 votos numa cidade que é quase divisa com São Paulo. Participamos da festa e conversamos com o Prefeito sobre um projeto muito interessante, uma parceria entre o governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal - CEF -, e a Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar - Fetraf -, de vez que há recursos a fundo perdido do governo federal para a construção de casas para agricultores familiares. Então, por meio da Fetraf, a CEF libera os recursos. A Prefeitura ou outra entidade faz um levantamento dos agricultores familiares que querem permanecer no campo, mas com qualidade de vida, e ter direito a construir ou reformar a sua casa. Com R\$10.000,00 da CEF a fundo perdido, esses agricultores podem construir a sua casa. Discutimos também o mesmo projeto com o Prefeito de São José da Barra. É lógico que fomos levar as informações e discuti-las com eles. É um projeto do governo federal, por meio da CEF, com o convênio da Fetraf, que cabe ao Executivo. Gostaríamos de reafirmar que estivemos durante um ano e quatro meses no Ceasa como Diretora Técnica Operacional. Mais de perto ainda, pudemos valorizar a discussão da questão do abastecimento e da segurança alimentar e o grande potencial que é o nosso país. Precisamos realmente valorizar mais a atuação dos agricultores familiares, a produção e a atividade rural no Estado e no País, que são um grande potencial e ainda estão muito aquém de ser valorizadas e conhecidas. Lembro-me muito bem de que, naquele seminário em que se discuti a crise, foi muito interessante o grande painel que mostrou a questão automobilística e metalúrgica. No fundo do painel, vimos o desenho de alguns pés de café quase escondidos. Essa é até uma questão introjetada. Isso não é uma crítica. A questão do contravalor é introjetada. Há ainda dificuldade de valorizar a agricultura. Queremos tratar dessa questão nesta Casa, a fim de avançarmos e superarmos a crise por meio da agricultura familiar, como o governo federal vem fazendo, com investimentos para que o Brasil se transforme, cada vez mais, numa potência mundial respeitada. O Brasil tem dado passos largos, não é mais um país de cabeça baixa; ao contrário, tem-se afirmado como potência por meio de um projeto que é do governo, do povo brasileiro, enfim, de todos nós, que temos contribuído. Esta Casa tem dado sua contribuição, mas, se nos unirmos em torno desses objetivos comuns, poderemos contribuir mais ainda. Obrigada.

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa e população mineira, boa tarde. Hoje ocupo esta tribuna para falar de um importante avanço para o nosso Estado. Refiro-me ao grandioso Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador Aécio Neves, que tramita nesta Casa e promove a revisão da legislação sobre a política florestal em Minas Gerais. O projeto recebeu várias sugestões de emendas nas Comissões de Constituição e Justiça, Meio Ambiente e Fiscalização Financeira, bem como em audiência pública que contou com a presença de representantes de vários setores, como o Sr. Bernardo Vasconcellos, Presidente da Associação Mineira de Silvicultura; a Sra. Maria Dalce, representante da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; os Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente; Gilman Viana, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de muitos outros envolvidos nas causas ambientais. Acredito que esse projeto do Governador Aécio Neves resultará em muitos avanços tanto para o meio ambiente quanto para o produtor rural e setores da indústria mineira.

Visando aprimorar o projeto do Governador Aécio Neves, com o apoio de vários Deputados de todos os partidos, construímos um substitutivo que beneficia as diversas demandas desses setores. Penso ser de suma importância que todas as lideranças desta Casa participem, sugerindo mudanças por meio desse substitutivo. Assim, poderíamos contar com os Deputados Adalclever Lopes, Ademir Lucas, Alencar da Silveira Jr., Antônio Carlos Arantes, Antônio Júlio, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Delvito Alves, Dimas Fabiano, Dinis Pinheiro, Domingos Sávio, Doutor Rinaldo, Doutor Viana, Elmiro Nascimento, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Inácio Franco, Ivair Nogueira, José Henrique, Juninho Araújo, Neider Moreira, Paulo Guedes, Pinduca Ferreira, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Tenente Lúcio, Vanderlei Miranda e Wander Borges.

Um dos grandes avanços refere-se justamente à garantia do desenvolvimento sustentável. Nossa intenção é que seja criado um programa estadual de adesão à sustentabilidade, instituindo-se um cronograma para que, no máximo em 10 anos, a contar do próximo, os consumidores de matéria-prima florestal reponham o que for consumido. Desse modo, após esse período, o consumo seria limitado a apenas 10%, o que hoje é facultativo.

Sabemos que hoje não existe a obrigatoriedade dessa autossuficiência, embora Minas seja recordista em reflorestamento no País.

O motivo de estabelecer o limite de 10% para o consumo de carvão vegetal na siderurgia se deve ao fato de que, com esse percentual, o material resultante da limpeza de áreas autorizadas pelo IEF poderá ser transformado em carvão e vendido às empresas com geração de receita para o pequeno fazendeiro, agricultores, que são produtores rurais. Na situação atual, esse material está ficando no meio das fazendas, apodrecendo, sem cumprir o fim social de sustentar famílias, que cada vez mais vivem na área rural.

Outra sugestão para a preservação do meio ambiente, apresentada no substitutivo, é a criação do Crédito Verde, destinado a indenizar quem, em sua propriedade, preservar o meio ambiente, tão importante para nós.

O projeto do Governador Aécio Neves é uma oportunidade única para o desenvolvimento sustentável em Minas Gerais. O reflorestamento representa importância cada vez maior na economia do País. É fundamental citar que, por causa do plantio feito pelas empresas e centenas de pequenos produtores rurais mineiros, em 2005 nosso Estado foi recordista em hectares plantados, com mais de 150.000ha, segundo dados da Associação Mineira de Silvicultura. O que esse setor hoje almeja é um projeto sustentável para o reflorestamento, justamente o que estamos propondo por meio desse substitutivo, que também trata da definição de certas atividades, para que sejam adequadas às competências relativas ao setor ambiental e ao setor produtivo. Quanto às florestas nativas, que compõem o meio ambiente e a biodiversidade, propomos que continuem a cargo da Secretaria de Meio Ambiente. Já as florestas plantadas, que são as lavouras florestais, propomos que fiquem a cargo da Secretaria de Agricultura.

Plantio é atividade agrícola, como todos sabemos, senhoras e senhores. Fato, aliás, reconhecido pelo Governador Aécio Neves, por meio da Lei Delegada nº 114, que vigora em nosso Estado. Portanto quanto ao tratamento diferenciado para florestas nativas e plantadas, estamos apenas retomando aquilo que o Governador já editou. Esse substitutivo, senhoras e senhores, também traduz um apelo quanto à atividade do produtor rural, que hoje amarga uma situação de reveses, com os altos custos da produção e queda nos preços da comercialização.

Para se ter uma ideia da situação de absurdo que muitos produtores estão passando, gostaria de lembrar um acontecimento no Município de Pará de Minas, onde algumas famílias deixaram bois beberem água num córrego e foram multadas pela Polícia Florestal - que cumpriu decreto baixado pela Secretaria ou lei aprovada por esta Casa -, em valores além da capacidade de pagamento das famílias. Além disso, elas foram denunciadas por crime ambiental pelo Ministério Público, que também cumpriu sua obrigação constitucional. E o Juiz, também cumprindo a lei, condenou um senhor de quase 70 anos à cadeia, com direito a "sursis" porque nunca havia entrado em uma delegacia e era réu primário.

Para resolver a questão, o substitutivo elaborado por esta Casa também propõe que o monitoramento de carvão eletrônico seja custeado pelas taxas já existentes, de modo a não onerar ainda mais o produtor, que acabaria refém de uma situação de imposição em virtude de tal ônus e seria impedido de desenvolver sua atividade. Se o produtor de carvão for onerado com mais essa taxa, teremos mais desemprego no campo e na indústria. Minas Gerais não pode nem merecer passar por esse retrocesso.

Portanto, senhoras e senhores, faço um apelo à Assembleia Legislativa de Minas: que participe positivamente do projeto do Governador Aécio Neves, com as sugestões de avanços listadas no substitutivo, já apoiadas por 34 Deputados.

Com a consciência do dever cumprido, acredito que, como relator na Comissão de Fiscalização Financeira, tive a oportunidade de conhecer melhor a questão florestal e ambiental em nosso Estado e procurei contribuir para a implementação de sugestões que de fato promovam o desenvolvimento sustentável que nosso Estado tanto almeja e que sabiamente foi colocado pelo Governador Aécio Neves. Parabéns, Governador Aécio Neves.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Jayro Lessa, gostaria de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e, além disso, também pelo excepcional trabalho que prestou ao elaborar o seu parecer e o seu substitutivo a respeito do projeto na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Faço coro com V. Exa. e conclamo os 77 parlamentares desta Casa. Temos em mão, hoje, a responsabilidade de decidir por qual estrada seguir: se seguiremos pela estrada do atraso, do retrocesso, do discurso antiquado e inadequado à modernidade, ou pela estrada da responsabilidade, do progresso e do desenvolvimento. Caberá a cada um dos 77 parlamentares desta Casa definir que caminho Minas deve seguir.

Tenho certeza de que os 77 Deputados comungam da ideia de que devemos continuar preservando as florestas nativas sob a competente administração do Secretário José Carlos Carvalho. Tenho certeza também de que a ampla maioria concordará com a determinação de que floresta plantada tem de ser gerida pela Secretaria de Agricultura. Precisamos dar um passo à frente, Deputado Jayro Lessa, precisamos tratar dessa questão sem discursos antiquados, que apenas acabam atrapalhando o progresso do nosso Estado de Minas Gerais e, por que não?, do nosso país. Temos de quebrar paradigmas, é preciso ter coragem, e tenho certeza de que os 77 Deputados, no momento da votação em Plenário, terão a consciência tranquila e darão ao Estado de Minas Gerais a possibilidade de continuar evoluindo e se desenvolvendo. Parabéns a V. Exa. Tenha a certeza de que nós, do Democratas, estaremos ao seu lado, ao lado do progresso e do desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Jayro Lessa - Muito obrigado, Deputado Fábio Avelar, pela tentativa de se pronunciar, e também ao Deputado Gustavo Valadares e a toda a Assembleia de Minas. Peço que realmente estudem o projeto. Vamos fazer um projeto que possa melhorar Minas Gerais. Esse é do Governador Aécio Neves, nosso grande líder, e tenho certeza de que, com a ajuda do Fabinho, que está na Comissão, e com as negociações que acontecerão amanhã, chegaremos a um consenso e faremos o melhor projeto para Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, inicialmente gostaria de abordar a discussão do Projeto de Lei nº 2.771, que tramita nesta Casa, para dizer da nossa preocupação com o rumo que a discussão está tomando. Assistimos, no Congresso Nacional, a uma ofensiva dos ruralistas, tentando jogar por terra uma legislação que foi consolidada a duras penas e durante anos a fio, exatamente neste momento em que percebemos mudança substancial no cenário internacional, por parte dos Estados Unidos, que resistiram, durante muitos anos, a frear o seu desenvolvimento. Considerando a dimensão ambiental, nós, no Brasil, estamos correndo o risco de retroceder na nossa legislação e nessa discussão que julgamos absolutamente correta em Minas Gerais. Queremos defender o substitutivo apresentado pelo Deputado Fábio Avelar, e é essa a intenção central do projeto, isto é, a redução gradativa do uso de carvão vegetal de mata nativa até chegar a 5% tão-somente, embora o ideal seja consumir 0% de carvão vegetal de mata nativa. Essa é a discussão central que precisamos realizar. Ai, sim, estaremos cuidando e preservando o meio ambiente.

Sobre a discussão que se pretende fazer, não a considero pertinente, mas vamos ter espaço suficiente para fazê-la. Considerar que floresta plantada equivale a outras culturas realmente é algo com que não podemos concordar. É preciso ficar claro que estamos tratando de floresta plantada para a produção de carvão. Estamos falando do ciclo do carbono e de todo esse processo que hoje está na pauta internacional do aquecimento global, das mudanças climáticas. É exatamente disso que estamos falando, ou seja, de matriz energética. Não se trata de uma cultura convencional. É claro que haverá um momento apropriado para discutir isso, mas já gostaria de deixar registrada a nossa posição e preocupação com o rumo que essa discussão está tomando. Queremos aqui defender a matéria como ela foi encaminhada originalmente pela Semad.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar que, nesta sexta-feira, está encerrando-se o prazo de inscrição para o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2009. Já falamos sobre esse tema em outras ocasiões e estamos voltando a ele exatamente porque foram prorrogadas as inscrições até sexta-feira. Minas Gerais já se notabilizou por certificar tecnologias sociais no âmbito do Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Esse é um banco virtual em que ficam registradas todas as informações relativas às tecnologias sociais, que são soluções desenvolvidas ou pela comunidade, com o saber comunitário, com o saber tradicional, com o saber popular, ou pela relação desse conhecimento com o conhecimento acadêmico, científico, produzido pelas universidades, pelos institutos de pesquisa, sempre associado à organização social, à organização comunitária. As tecnologias sociais estão sendo tratadas de maneira muito séria pelo governo federal, que vem trabalhando para que esse conceito seja também adotado, compreendido pelos governos estaduais, pelas prefeituras, pelas organizações do terceiro setor. Trata-se de uma abordagem que dialoga diretamente com a discussão que acabamos de fazer aqui sobre o desenvolvimento sustentável, que é um conceito ainda em construção, assim como o conceito de tecnologia social. Trata-se, portanto, de produtos, técnicas,

práticas ou métodos que resolvam problemas sociais, propostas que já tenham sido testadas, aplicadas, e comprovadas; enfim, soluções efetivas, eficazes para questões relativas a energia, alimentação, habitação, meio ambiente, geração de trabalho e renda, educação, saúde - soluções simples, de baixo custo, que dão resultados práticos e efetivos para melhorar a qualidade de vida das populações urbanas e rurais das pequenas comunidades do Brasil.

Minas Gerais tem alguns exemplos de boas tecnologias sociais que vêm sendo reaplicadas, multiplicadas no Estado e no Brasil. Entre elas gostaríamos de citar uma da área de educação - a Pedagogia da Roda, do Sr. Tião Rocha, do CPCD, grande educador popular de Minas Gerais - e uma da área ambiental - as barraginhas, que foram desenvolvidas e aprimoradas pelo técnico Luciano Cordoval, nosso conhecido e amigo, podemos assim dizer, da Embrapa Milho e Sorgo, de Sete Lagoas. As barraginhas estão sendo multiplicadas, disseminadas como tecnologia social de efeito, com grande impacto ambiental positivo na coleta da água da chuva, fazendo com que essa água penetre no solo, abasteça o lençol freático e, com isso, os cursos d'água, as nascentes, além de combater os processos erosivos que estão assoreando nossas veredas, nossos rios e diversos cursos d'água. A Codevasf, no âmbito do projeto nacional de revitalização da Bacia do Rio São Francisco, está multiplicando, disseminando, entre outras de cunho ambiental, essa tecnologia social das barraginhas. Também o Ministério do Desenvolvimento Social, associado ao Sebrae, à Embrapa, à Finep, à Fundação Banco do Brasil, à Petrobras, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e vários outros ministérios, elegeu algumas tecnologias sociais por meio da rede de tecnologias sociais, que é nacional e agrega todas as instituições que citei e mais algumas, para disseminar o programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.

Aqui mesmo em Minas Gerais, os quatro consórcios intermunicipais de segurança alimentar e nutricional, os Consads, estão recebendo por um convênio do Ministério do Desenvolvimento e do Itier 200 unidades do Programa Agroecológico Integrado e Sustentável - Pais -, para otimizar e racionalizar o uso da água e produzir alimentos orgânicos de qualidade, aumentando o valor nutricional da alimentação das comunidades e garantindo renda adicional para os agricultores familiares.

As inscrições para o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais, que vai destacar oito tecnologias sociais, foram prorrogadas até a próxima sexta-feira. Para mais informações, basta acessar o "site" www.fundacaobancodobrasil.org.br. Além de se fortalecer e de poder ampliar a sua experiência, a tecnologia social certificada e premiada ainda vai colaborar disponibilizando esse conhecimento para outras comunidades que queiram solucionar problemas semelhantes, adaptando sua proposta à realidade local.

Mas ainda queremos voltar ao tema do Luz para Todos, que acompanhamos de perto. Nesse final de semana, a "Folha de S. Paulo" demonstrou, em uma ampla reportagem, que em Minas Gerais o Luz para Todos está correndo o risco de não atender a todos os beneficiários que já estão cadastrados e que se enquadram no programa. Como eu já disse algumas vezes, Minas Gerais está ficando para trás em relação ao Luz para Todos, Deputado Antônio Júlio. Apenas os Estados de Minas Gerais, Bahia e Amazonas não vão cumprir a meta do programa até 2010. E os dados apresentados na "Folha de S. Paulo" ainda não estão corretos, infelizmente, porque são menores do que os dados reais. Diz-se aqui que 37 mil famílias não serão atendidas no Luz para Todos até o final de 2010, mas as informações que temos dão conta de que é muito mais do que isso: quase 80 mil famílias não serão atendidas no programa. Ainda segundo a "Folha de S. Paulo", 90 mil famílias na Bahia e 41 mil famílias no Amazonas não serão atendidas no programa. Estamos falando de um programa que garante a interiorização do desenvolvimento, que favorece a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, para os pequenos, médios e grandes produtores que trabalham no meio rural, mas, principalmente, de um programa que fortalece a capacidade produtiva e combate frontalmente o êxodo rural.

Fica, portanto, mais esse registro e o convite para que os nobres pares nos auxiliem a colocar na agenda do governo do Estado uma solução definitiva para o Luz para Todos. Com todo respeito aos Estados da Bahia e do Amazonas, não podemos admitir que Minas Gerais vá compor com eles essa equação, sendo um dos três Estados brasileiros que não vão conseguir universalizar o atendimento da energia elétrica com o Luz para Todos. Já falamos isso em outras ocasiões, quando fomos contestados. Mas, infelizmente, a reportagem da "Folha de S. Paulo" traz essa informação dizendo que, até 2010, 37 mil famílias em Minas não serão atendidas. Nós afirmamos que não são apenas 37 mil, mas quase 80 mil famílias. Esperamos, ainda, conseguir uma solução porque já está demonstrado que a Cemig tem capacidade operacional, há muitas empresas que já trabalharam e estão sendo contratadas pela Cemig novamente, depois do processo licitatório, para atuar nessa nova fase do programa com 55 mil ligações. Não é possível admitir que vamos ficar para trás em Minas Gerais. O programa Luz para Todos é fundamental para levar o desenvolvimento ao interior do Estado e corrigir as desigualdades regionais. Infelizmente, as famílias não atendidas estão concentradas no Noroeste e Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Vale do Mucuri. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados e público que nos acompanha pela TV Assembleia. Inicialmente, quero referir-me ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, a que os Deputados Almir Paraca, Fábio Avelar, Jayro Lessa e outros fizeram referência nesta tarde. O projeto trata do Código Florestal mineiro e dá outras orientações. É importante refletir, pois no debate mais acalorado, que é importante, podem passar algumas idéias que não correspondem claramente ao que nós, que desejamos aperfeiçoar o projeto, estamos propondo. Quando se propõe alterar o projeto e dar à floresta plantada de eucalipto um tratamento menos burocrático, diferenciado do que é dado à floresta nativa, não é para facilitar a destruição desta, muito pelo contrário: onde é possível fazer o plantio do eucalipto sem prejuízo do meio ambiente, que isso seja feito para haver sustentabilidade nas atividades que demandam carvão e madeira, evitando o corte da floresta nativa. Isso é elementar. É fundamental haver um plantio adequado de eucalipto em um Estado minerador como o nosso, que tem muitas siderúrgicas e uma série de outras atividades que demandam madeira e seus derivados. A menos que partamos do princípio de que mudaremos todos os costumes da sociedade e não mais precisaremos dos metais. Os metais requerem o processamento do minério, que requer a energia, boa parte da qual provém do carvão. Para não consumir a mata nativa, é preciso regulamentar o plantio de eucalipto de maneira menos burocratizada.

É perfeitamente compreensível que alguns aleguem que não se pode desburocratizar o plantio de eucalipto, pois alguém poderá cortar uma mata nativa para fazer carvão dizendo que é carvão de eucalipto. Há meios de evitar isso. Defendo um controle muito rigoroso para não permitir desmatamento de floresta nativa, ou pelo menos não permiti-lo onde não é possível ser feito.

Eventualmente, em algum local com pequena formação nativa e que não vá prejudicar o meio ambiente, que se possa substituí-la por um plantio de eucalipto e ter uma grande produção de madeira, evitando o corte de milhares de árvores nativas, gerando muito emprego e trazendo uma série de benefícios para a sociedade. Precisamos aprofundar este debate de forma bem madura, para preservarmos o meio ambiente, mas também para darmos condição a quem quer trabalhar e produzir sendo respeitado. Infelizmente, temos visto pessoas que, sob algum pretexto e com uma retórica muito bonita de defensor do meio ambiente, querem fazer uma série de imposições sobre essa matéria sem conhecer a realidade do plantio, de quem vive no campo ou do processamento industrial. Assiste razão ao Deputado Jayro Lessa quando, de forma até indignada, diz que temos de tomar cuidado com determinadas pessoas ou entidades financiadas por capital estrangeiro ou até com dinheiro público, que fazem discursos calorosos sem ter um conhecimento profundo da realidade, tornando-se radicais nessa ou naquela posição. Quem assume comportamento de radicalização não está contribuindo para um debate sério e maduro. O triste é que essa matéria começou a ficar um pouco estigmatizada como algo em que não se pode mexer. Muitas vezes passou-se a idéia de que quem quer apoiar uma ação do setor produtivo está a serviço de um "lobby", de uma grande empresa ou de algum capital. Com isso, alguns segmentos começam a querer generalizar. Tenho origem rural, sou do meio de pequenos produtores e microprodutores e continuo sendo um pequeno produtor. Não sou financiado por nenhum tipo de capital espúrio e não aceito sequer a hipótese de discutir isso, mas entendo que temos de modernizar a legislação ambiental em Minas Gerais, preservando o meio ambiente e criando condições para quem quer produzir. Isso é imprescindível, do contrário ficaremos para trás mesmo. Perderemos competitividade e geraremos mais desemprego e a falência de quem está na atividade rural e nos setores mineral e siderúrgico. Os setores de processamento dos minerais e as siderurgias precisam rodar, gerar emprego e riqueza para o Brasil. Uma boa parte das exportações brasileiras está ligada a esses setores. É claro que não podemos ignorar um problema tão sério como esse.

Sr. Presidente, quero abordar aqui outros temas e, inicialmente, fazer uma referência a uma audiência que hoje solicitamos ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa. Quero agradecer a ele publicamente, pois recebeu, ao meu lado e ao lado do Deputado Doutor Rinaldo - trabalhamos juntos nesta questão -, o Presidente da Câmara e vários Vereadores de Divinópolis, para buscarmos uma parceria entre a Assembleia mineira e a Câmara desse Município. Aliás, a parceria já existe. Já implementamos uma parceria entre a Escola do Legislativo e a Câmara de Divinópolis e temos tido oportunidade de levar treinamento e qualificação não só para os Vereadores, mas para os servidores do Legislativo municipal e outras Câmaras da região, levando a experiência do Legislativo mineiro e o conhecimento de diversos servidores de carreira competentes desta Casa também às Câmaras Municipais do interior, para modernizar o papel do Legislativo e torná-lo mais eficaz, para que possam, de fato, corresponder à expectativa da população, que elege Vereadores, Deputados e outras lideranças e representações políticas. Obviamente, querem de nós um trabalho o mais profissionalizado e eficiente possível. Além de reforçar esse convênio, queremos estabelecer a possibilidade de uma parceria para termos a transmissão dos trabalhos do Legislativo municipal, uma TV Câmara Municipal dentro da programação da TV Assembleia, que é captada em Divinópolis.

Sr. Presidente, quero manifestar também a nossa preocupação com a área da saúde. Assim, agendei uma reunião hoje com os Secretários Marcus Pestana e Antônio Jorge, a fim de aprofundarmos o debate sobre a necessidade de fazer encaminhamentos objetivos para resolver o problema da falta de leitos no Centro-Oeste mineiro, mais precisamente em Divinópolis. Existe aí uma situação um pouco curiosa: não basta haver leitos, é preciso haver leitos hospitalares qualificados. Por exemplo, se observarmos todo o Centro-Oeste mineiro, podemos verificar até uma ociosidade de leitos.

Aproveito para cumprimentar os Vereadores Edmar Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Beto Machado, Fabiano Tolentino e Pastor Paulo César; Flávio Ramos, advogado e jornalista, responsável pela área de comunicação da Câmara; e a nossa querida Vereadora Heloísa Cerri, que acabo de ver. Todos estão acompanhados do nosso colega Rinaldo Valério. Conforme mencionei, há poucos minutos, tivemos uma audiência com o nosso Presidente. É bom contarmos aqui com a presença dos nossos Vereadores e do Deputado Rinaldo Valério, pois, na sexta-feira, levaremos algumas informações. Deputado Rinaldo, peço-lhe que esteja conosco nessa luta para resolvermos o grave problema da falta de leitos, que afeta não só Divinópolis mas também todo o País. Na verdade, é um problema generalizado, que tem algumas particularidades. Se analisarmos a quantidade de leitos que existe na macrorregião, é bem provável encontrarmos, neste momento, vários deles ociosos. Alguém pode até se assustar e dizer: "Mas há pessoas na fila, pessoas morrendo por falta de leitos". A verdade é que não basta haver leitos, é preciso haver leitos num hospital estruturado para fazer o atendimento a diversas situações e enfermidades que podem afetar a nossa população. O que ocorre? Por exemplo, Carmo da Mata possui um grande hospital, com provavelmente mais de cinquenta leitos - grande hospital em razão do tamanho da cidade. Neste momento, não deve haver lá mais de meia dúzia de pacientes internados. Isso também ocorre em várias outras cidades, como Moema e Bambuí, que possui um grande hospital da Fhemig, com uma capacidade seguramente para mais de cem leitos, no qual deve haver poucas dezenas de internos neste momento. Enquanto isso, em Divinópolis, há uma oferta de pouco mais de duzentos leitos do SUS contra uma demanda de mais de quinhentos pacientes. Não é só em Divinópolis; em Carmo da Mata, há leitos sobrando e pacientes precisando ser internados, assim como pacientes de Bambuí, Moema, Bom Despacho, enfim, de todas as cidades daquela macrorregião. Portanto não basta haver o leito e o hospital, é preciso um ambiente em que haja todo o conjunto de serviços médicos e de especialidades médicas para promover-se um atendimento adequado, a não ser naqueles casos mais simples, que às vezes são resolvidos até no nível ambulatorial. Obviamente cada Município tem o seu serviço ou pelo menos deve tê-lo.

O certo é que, diante dessa situação, estamos nos esforçando e temos tido uma grande contribuição da Câmara Municipal, da Comissão de Saúde daquela Casa. Contando com o apoio do Governador Aécio Neves, numa parceria nossa e do Deputado Rinaldo Valério, definimos a prioridade de ampliar esses leitos. Na sexta-feira, levaremos algumas informações preciosas para o Secretário de Estado, com o objetivo de tomarmos decisões já num curto prazo. Não podemos mais adiar as decisões de adquirir ou de construir hospital. Além disso, estamos trabalhando, Deputado Rinaldo e Vereadores que aqui se encontram, numa outra frente, que é a de custeio. Nela acompanhamos um programa que o governo federal implementará com o governo de Estado para unidades de pronto atendimento. É um programa para não só implantar, mas também custear. Essa é uma luta antiga de todos nós. A própria unidade de pronto atendimento ou o pronto-socorro que temos em Divinópolis não atende somente o cidadão dessa cidade, mas também da região. Alguém poderá questionar: "Isso é um absurdo, não deviam ter construído". Ora, meu Deus, antes já atendia também.

O Deputado Doutor Rinaldo, que é médico do pronto-socorro, deve estar sorrindo ao se lembrar disso. Ele foi médico do Pronto-Socorro do São João de Deus, onde atendia pessoas de São Gonçalo, de Cajuru, e de todas as cidades circunvizinhas que não dispunham de um serviço dessa natureza, de forma ininterrupta, por 24 horas, nos finais de semana, nas diversas especialidades médicas. A própria PPI já preceitua isso. Há uma certa pactuação para que os recursos, também do SUS, que são insuficientes, sejam encaminhados para uma cidade-polo. Como são insuficientes, precisam de um aporte maior de dinheiro.

Um programa será implementado neste Estado, com o qual trabalharemos para que uma dessas unidades de pronto atendimento seja instalada em Divinópolis. Para tanto, será necessário não só dinheiro para a implantação - algo em torno de R\$2.600.000,00 -, mas também para seu custeio: R\$250.000,00, do governo federal; R\$125.000,00, do Estado; R\$125.000,00, do Município. Todos esses recursos somados nos proporcionarão um encaminhamento muito positivo para avançarmos. Resolver 100% dos problemas é um sonho, mas avançar de forma significativa nas questões de saúde pública em Divinópolis é possível.

É com prazer que concedo aparte ao Deputado Doutor Rinaldo, embora nos restem apenas poucos segundos.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio o aparte. O tempo está se esgotando, mas não poderia deixar de cumprimentar a comitiva de Vereadores presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, onde eu, o Deputado Domingos Sávio e o Presidente Alberto Pinto Coelho estivemos juntos tratando da implantação da TV Câmara Municipal, que fará parte da grade da programação da TV Assembleia. Saímos da reunião confiantes, pois está quase tudo resolvido, falta apenas providenciar os papéis para assinatura do convênio. A cidade de Divinópolis, que só tem a ganhar com a TV Câmara Municipal, está de parabéns, até porque sua Câmara Municipal é atuante e trabalha com o intuito de mostrar a toda a sociedade o que está sendo feito, por que foram eleitos e para que estão ali. Parabenizo todos os Vereadores da Câmara Municipal de Divinópolis.

Cumprimento-o também pelo seu trabalho e empenho diante dessa carência séria de leitos hospitalares pelo SUS em Divinópolis. V. Exa. disse, que na região há leitos, e vale ressaltar que pacientes internados em hospitais de cidades vizinhas aguardam uma transferência para Divinópolis. Há também casos de pacientes que estão nesses hospitais para um tratamento que poderia ser até ambulatorial, com uma medicação oral ou para tomar soro. Muitos hospitais das cidades vizinhas não estão preparados para atender de forma ideal, com médicos especializados.

Estamos acompanhando esse trabalho e estivemos na semana passada com a Sra. Cherie, Secretária de Saúde. Sabemos do empenho do Prefeito Vladimir, do trabalho que realiza, tal como o meu nesta Casa. Fizemos uma audiência pública em Divinópolis para ouvir toda aquela comunidade. Há boa vontade do nosso Governador e do Vice-Governador, Prof. Anastasia, que vem se empenhando para encontrar soluções. Creio que nunca teremos 100% dos problemas de leitos hospitalares resolvidos, porque, se resolvermos 100%, no dia seguinte, novamente já estará faltando 1% de leitos, porque a demanda é sempre maior que a oferta.

Por exemplo, no momento tenho um parente aguardando uma vaga no CTI de Divinópolis. Infelizmente o seu caso é grave; trata-se de uma doença cardíaca avançada. Há uma semana, ele está no pronto-socorro aguardando a vaga. Claro que temos de esperar sua vez, mas já era para ele estar em um hospital. Com a boa vontade do governo do Estado, do nosso Prefeito, dos nossos Vereadores e de todos nós desta Casa, resolveremos, o mais rápido possível, esse problema. Parabéns pelo seu trabalho e interesse pela saúde de Divinópolis. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Obrigado, Deputado Doutor Rinaldo. Sr. Presidente, concluo na linha do pensamento do Deputado Doutor Rinaldo, que disse que este é um momento extremamente feliz. Devemos aproveitar a presença do Presidente da Câmara, dos colegas Vereadores, dos quais eu e o Deputado Doutor Rinaldo fomos colegas. Este é um momento de nos unirmos: a Câmara, o Prefeito Vladimir, os Deputados Estaduais, o Secretário Marcus Pestana, que estará nos recebendo aqui, o Governador Aécio Neves e os colegas Deputados da região. O Deputado Antônio Júlio aqui está com o sentimento de que uma causa como a da saúde é de todos nós. Temos de trabalhar, porque ela é difícil de ser resolvida.

Mas, se nos unirmos, as perspectivas para resolvê-la aumentam, e muito. Quem ganha com isso é a comunidade, e é esse o nosso propósito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade darei sequência ao pronunciamento do Deputado Domingos Sávio. A saúde em Minas Gerais está mais ou menos igual à segurança pública. Os números são favoráveis, mas a realidade é uma catástrofe. Ontem estávamos vendo, Deputado Gilberto Abramo, o relatório apresentado pelo Arlen Santiago - na verdade, ele fez um relatório e não nos deixou nem questionar - sobre a segurança pública. Devo aproveitar, pois este é um momento único para fazer esses questionamentos e perguntar aos cidadãos que nos ouvem se estão sentindo segurança em sua cidade. Você, de Belo Horizonte, acha que a segurança em sua cidade melhorou? Os números apresentados pela Secretaria de Defesa Social demonstram que, em Minas Gerais, não há problema com segurança pública. Minas Gerais não tem nenhum problema carcerário hoje. Resolveram todos eles criando 1.900 vagas. Só nos últimos 15 dias, ocorreram pelo menos quatro assassinatos em nossas cadeias públicas e pelo menos seis grandes rebeliões. Quando acontece isso, parece que não é em Minas Gerais, parece ser em outro Estado. Hoje há um jogo de "marketing", um jogo de estatísticas, que são forjadas pela equipe de propaganda do governo do Estado. Não consigo entender qual o objetivo disso. Estão querendo enganar a quem? Enganar a população? Assim estão enganando a si próprios. A situação da segurança pública em Minas Gerais é das piores possíveis. Os números apresentados, Deputado Gilberto Abramo, são forjados. Se você for a uma delegacia regional hoje, o Delegado, em vez de estar fazendo um trabalho investigativo para apurar um crime que aconteceu em sua regional, está preenchendo dados estatísticos. São dados estatísticos para saber até quem entrou na delegacia, quantas pessoas saíram, quantos telefonemas ele atendeu ou não. Isso não resolve nada, não interessa para a sociedade.

Além disso, o outro assunto que gostaria de abordar, Deputado Hely Tarquínio, é a saúde em Minas Gerais. Ou temos competência e responsabilidade para enfrentar o problema da saúde em Minas ou a situação vai ficar pior. Estava lendo uma reportagem feita pelo jornal "Hoje em Dia", Deputado, que diz que, em um ano, 1.068 pessoas morreram esperando vaga num CTI. Esses são os números cadastrados, além dos que não foram.

Pessoas que não entendem de saúde, técnicos, inventaram um tal de SUSfácil. Deve ser fácil para eles, porque não precisam atender pessoalmente. O atendimento é feito por meio da internet, o que é muito cômodo, até porque não se enfrenta o problema cara a cara.

A saúde em Minas vai de mal a pior. Inventaram o tal do PSF. Se atendessem aos objetivos do programa, tudo bem, mas hoje ele se tornou uma marca de desvio de recursos públicos da área de saúde. Deputado Sebastião Helvécio, estão fazendo um PSF em cima do outro. Querem construir, construir e construir, sem querer saber se o PSF está atendendo ao seu objetivo, que é a saúde familiar. Se fizermos um levantamento, veremos que a maioria dos PSFs não está funcionando, mas os prédios são novos. Fui à cidade de Icarai de Minas, depois de Montes Claros, onde apenas um terço de um grande hospital está funcionando. Atrás desse hospital, há um posto de saúde e, ao lado deste, um PSF novinho estava sendo inaugurado. Estão jogando dinheiro fora! Tínhamos três unidades para fazer a mesma coisa, que era atender à saúde da população.

Ontem denunciaram que uma cidade de 18 mil habitantes que tem sete PSFs receberá mais um PSF. São sete construções! Isso merece a apuração de comissão especial, porque não se pode falar em CPI. Por que essa vontade tamanha da Secretaria de Saúde em construir prédios? O que precisamos é colocar em funcionamento o que já existe. Se a Secretaria de Saúde de Pará de Minas investisse em saúde e equipamentos, não seria necessário construir nenhum prédio na região. Parte dos problemas do Oeste de Minas seria resolvida. Poderiam aliviar Divinópolis, Belo Horizonte e Betim, que também atende a nossa região. Mas não; querem fazer prédios, mas você chega lá e constata que não estão funcionando. Existe um atendente, e levam esse enrolo, sem saber onde irá parar.

Portanto essa questão da construção de PSFs precisa ser melhor analisada pela Comissão de Saúde ou pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia. É preciso que haja uma explicação, Deputado Sebastião Helvécio. Não aceito, com a minha trajetória política, jogar dinheiro público fora. Dizem que a área de saúde não tem dinheiro, mas tem, e é muito dinheiro. O que está ocorrendo é muito desvio, que começa nos equipamentos, nas construções, na liberação dos medicamentos. Isso precisa ser levantado.

Há quatro anos, quando tentamos criar uma CPI para apurar o depósito de medicamentos avaliado em R\$40.000.000,00, dinheiro jogado fora, a imprensa não deu uma linha. A CPI morreu no nascedouro. Houve pressão sobre os Deputados para que retirassem suas assinaturas. E nada foi apurado. São R\$40.000.000,00 e não 40 mil reais. E ninguém fala nada. Agora, a Secretaria de Saúde está sendo usada politicamente pelo Secretário Marcus Pestana - todo o mundo está vendo. Chamo a atenção do Ministério Público. Ele está fazendo campanha para a sua eleição para Deputado Estadual ou Federal - não sei qual cargo disputará -, usando a estrutura da Secretaria. Agora mesmo, foi distribuir algumas viaturas, alguns micro-ônibus, saindo de Sete Lagoas e indo para a cidade do Deputado Sebastião Helvécio, andando quase 800km ida e volta, para fazer charme, como se estivesse fazendo uma grande distribuição de viaturas, ambulâncias e micro-ônibus - ele, e não o governo. Para que levar isso lá? Para se autopromover. Não há justificativa diante do risco da viagem, do custo. Ir até lá para depois voltar? É para passear. O mais grave é que alguns Prefeitos que receberam esses micro-ônibus não podem utilizá-los, porque inventaram que esses veículos têm de ter um "chip" para serem monitorados por satélite. Olhem que coisa fantástica! Acho que estamos vivendo no mundo da lua. Monitorar os ônibus do interior, que levam pacientes aos hospitais? Esse é o seu objetivo. Aliás, substituem muito bem as ambulâncias. São mais humanos, porque a maioria das cidades do interior usa as ambulâncias para transportar as pessoas que vêm a Belo Horizonte ou vão a outras cidades fazer consulta ou tratamento, o que não é especificamente o objetivo da ambulância. Há algo errado. Os ônibus estão lá e não são utilizados porque não estão sendo monitorados. E não estão sendo monitorados porque a empresa que ganhou a licitação ainda não pode funcionar. Compra-se um equipamento que poderia e deveria ser utilizado imediatamente, mas não será. O equipamento será utilizado daqui a quatro ou cinco meses; enquanto isso, o povo vai passando dificuldade pela falta do atendimento, e o que poderia atendê-lo está debaixo dos seus olhos. São essas coisas, Presidente, que precisamos começar a olhar. A Secretaria de Saúde hoje é um instrumento político. Sempre foi. Secretário de Saúde não precisa gastar muito mais do que gasta em suas ações políticas porque a própria Secretaria já dá uma visibilidade boa para o Secretário. Não precisa ter essa ganância excessiva de ser maior que o governo, de gastar mais que o governo para promoção pessoal. É isso que está acontecendo com a nossa Secretaria de Saúde. Se você fizer uma reivindicação ao Secretário de Saúde, não conseguirá, mas, se um Prefeito fizer o compromisso de apoiar o Secretário, conseguirá o que quiser e mais alguma coisa.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - O que me chama a atenção, Deputado Antônio Júlio, é a maneira como o dinheiro está sendo gasto. Enquanto se pretende gastar de forma incorreta, como V. Exa. mesmo apontou, por meio de monitoramento, Minas Gerais tem um déficit de aproximadamente 800 leitos. Quer dizer, esse dinheiro não poderia ser investido na construção, no reparo, na manutenção de leitos? Poderia, mas não está sendo. Existe um agravante: V. Exa. comentou a respeito dos micro-ônibus saindo de Sete Lagoas para Juiz de Fora. Quem custeou os motoristas? Quem bancou o combustível? Foi o poder público? Se foi o poder público, está usufruindo de um benefício que não lhe cabe. Está usufruindo de um dinheiro público, e isso é crime, tem de ser bem analisado, e tem de haver explicações.

Outro ponto comentado por V. Exa. se refere ao documento solicitando explicações do Secretário. Na comissão, queriam designar um relator

para dar um parecer ao requerimento. Por que essa blindagem? Por que essa falta de transparência? A Assembleia zela pela transparência, a população cobra, e ela quer mantê-la. Mas somente os Deputados têm a obrigação de mostrar seus gastos, de mostrar à população o que fazem ou deixam de fazer? E o Secretário não tem essa obrigação com a população? Ele não administra o dinheiro público? Por que esse monitoramento? Por que essa falta de leito? É uma questão nacional. Então tudo do que queremos tratar será uma questão nacional? Se houver uma melhora nacional, poderemos melhorar o sistema de saúde em Minas Gerais, investir de uma maneira correta? São questões levantadas que não têm explicações. Certamente vamos protocolar um requerimento convidando o Secretário de Saúde para dar explicações. Será um requerimento formulado não apenas pelo Deputado Antônio Júlio, mas pela Bancada do PMDB, que quer uma explicação do dinheiro da saúde que não está sendo investido de maneira correta.

O Deputado Antônio Júlio* - Obrigado, Deputado Gilberto Abramo.

Para encerrar, Sr. Presidente, é preciso dizer que é muito grave essa questão da saúde em Minas Gerais, pois uma secretaria importante do nosso sistema está sendo usada para fazer politicagem. O Secretário, sendo bom, já faz uma boa política para ele, inclusive em relação a votos, se é esse o interesse dele. Mas não se pode fazer politicagem, jogar dinheiro fora, gastar dinheiro desnecessariamente. Isso precisa ser revisto. Estão morrendo muitas pessoas à espera de atendimento, de CTI, no nosso Estado de Minas Gerais. Os dados dizem que, no ano passado, mil e tantas pessoas morreram. O segmento fica num jogo de empurra-empurra e não se sabe quem irá atender o paciente. No interior dizem que não há vagas e mandam os pacientes para Belo Horizonte. Recorrem, então, ao banco de leitos - não sei se esse é o nome correto, porque tenho muita antipatia desse sistema que foi criado. Não têm, então, a responsabilidade sobre essa questão.

Gosto muito de dar exemplos práticos. Em Pará de Minas, há seis meses, um rapaz, funcionário da Prefeitura, Motorista, passou mal e foi levado para o hospital. Puseram-no na Central de Leitos. Arrumaram-lhe uma vaga em Bom Despacho, que tem uma estrutura muito menor que Pará de Minas. Então, Sr. Presidente, o rapaz chegou a Bom Despacho sentindo-se mal, tentaram transferi-lo para Belo Horizonte, mas ele morreu a 40km dessa cidade. Isso ocorreu em menos de 24 horas. Essa situação tem-se repetido diariamente. Só que o povo se acomodou, não reclama mais. Quando reclama, não há repercussão, pois o governo se blindou das reclamações e da imprensa. Ninguém pode falar nada nem reclamar. Então, penso que a Assembleia tem de ter a responsabilidade de trazer essa discussão para esta Casa. É preciso chamar as pessoas que sofreram com essa falta de atendimento na área da saúde em Minas Gerais. Só há atendimento quando se apela para a Justiça, e o Juiz determina o atendimento. Se isso ocorre, há vagas. Portanto, não se trata de falta de vagas, pois, quando há uma decisão judicial, conseguem a vaga. O que há é muita má vontade, muitas pessoas sem compromisso com a saúde, com o nosso povo, atuando nessa área. Isso precisa ser revisto e levantado, Sr. Presidente.

Esperamos que esta Casa tenha a competência e a responsabilidade de exigir da Secretaria de Saúde que explique por que os ônibus distribuídos para politicagem do Sr. Marcus Pestana em Juiz de Fora, que rodaram até 800km, não podem ser utilizados. Eles estão sendo monitorados por quem? Qual foi a empresa que ganhou esse monitoramento? Quais são os objetivos disso? Espero que o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, tome as providências. Na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, não nos deram nenhum espaço. Teremos de tentar outro caminho. Se não conseguirmos, infelizmente, Deputado Sebastião Helvécio, procurarei outros meios. Está passando dos limites esse impedimento de nós, Deputados, exercermos o nosso papel constitucional de fiscalização.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - A minha preocupação é que esse monitoramento venha se estender às ambulâncias. Até agora não se levantou essa questão, mas seria um bom negócio para eles. Isso não está descartado. Precisamos, pois, ficar atentos.

O Deputado Antônio Júlio* - Realmente, seria um bom negócio para eles. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/6/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Walter Tosta

exonerando, a partir de 23/6/09, José Miranda Marques do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

nomeando Pedro Rodrigo da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Wagner Moreira Martins para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Ouvidor.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública virtual do Pregão Eletrônico nº 24/2009, que tem como objeto a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC -, foi adiada para as 14h15min do dia 7/7/2009.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 23/6/2009, na pág. 54, col. 2, onde se lê:

"Claudemir Carbe", leia-se:

"Claudemir Carpe".